

DAS ORIGENS E DAS CONDIÇÕES ATUAIS DA RELAÇÃO ENTRE LIBERDADE E DIREITOS DE PROPRIEDADE

Humberto Schubert Coelho *

Resumo

Neste ensaio, tentamos desenvolver uma compreensão estendida do liberalismo, o que nos obrigou a mesclar diferentes linhas do pensamento liberal, potencialmente contraditórias. Nossa pretensão é justamente a de propor uma abordagem particular e original de um tema há muito estudado. Para isso, tentamos extrair da concepção de direitos de propriedade, como são concebidos, a noção de uma propriedade espiritual que o indivíduo tem em sua própria pessoa, não como entidade definida, mas como inteligência auto-produtora de sua realidade significativa.

Palavras-chave: Liberdade. Arbitrariedade. Criatividade. Significação.

FUNDAMENTO MORAL DA RELAÇÃO ENTRE LIBERDADE E DIREITOS DE PROPRIEDADE

Para tratar de liberdade e direito individual, é inevitável partir de uma concepção moral. As diversas teorias políticas e sociais tendem a elaborar um sistema moral (quando são conscientes filosoficamente) ou pressupô-lo como evidente (quando são tecnicistas).

Na análise de Pipes (2001), fica claro que há uma fusão bem ponderada entre a compreensão dos direitos individuais como convenção social ou direito natural. Ele faz uma coletânea de argumentos bio-sociais que nos parece suficiente para provar cientificamente o instinto de posse em crianças e animais. Por outro lado, como historiador, entende uma progressão das convenções que produziram o Estado contratual (Ibid.).

Quanto mais entendemos a propriedade como consequência do processo civilizatório, mais nos sentimos inclinados a supor que o conceito de propriedade deve se refinar e expandir juntamente com o progresso. Na conjuntura histórica, é fácil distinguir a paridade entre propriedade privada = autonomia econômica = autonomia política. Neste sentido, Pipes relaciona o desenvolvimento das sociedades inglesa e russa, mostrando como a propriedade individual da terra produziu a representação política na Inglaterra, e como a sua inexistência na Rússia permitiu a perpetuação de um patrimonialismo em que o soberano sempre teve mais força que a sociedade. (Ibid.)

Aqueles que não possuem propriedade, ou seja, liberdade de dispor de certos bens ou emprega-los na produção, podem ser forçados ou manipulados por vantagens ou ameaças pífias. No Brasil, um voto na zona rural pode valer alguns tijolos ou uma dentadura. Aquele que detém propriedade tem um interesse dilatado nas decisões do governo e nos rumos da atividade econômica em geral, precisa ser persuadido, exige argumentos.

* Graduado em Filosofia, mestre e doutorando em Filosofia da Religião pela UFJF. humbertoschubert@yahoo.com.br

Todavia, essa discussão nos leva à questão central no embate entre liberalismo e socialismo, a pobreza. Em teoria, o socialismo seria o bastião da igualdade em oposição à liberdade pregada pelos liberais. Para isso, seus métodos são o direcionamento da economia por parte de iniciativas coletivas, o que, para Hayek (1997), acarretam no autoritarismo.

Portanto a ressalva liberal não é com os ideais de igualdade aos quais o socialismo se dirige, mas com a ausência de uma ética que oriente o percurso. Se os fins justificam os meios, a igualdade e justiça social passa por cima de valores essenciais como liberdades e direitos individuais. Neste momento qualquer argumento moral em favor da igualdade perde o fundamento.

O liberalismo nunca se opôs à justiça social. Ele se opõe à coerção injustificável, pois na lógica da ética, mil excluídos não podem servir de pretexto para uma injustiça contra um único indivíduo, que tenha conquistado seu patrimônio pelo seu esforço e dedicação.

Sendo impossível discernir aquele que enriqueceu por mérito do corrupto, torna-se arbitrariedade tirânica agir indiscriminadamente. A lógica jamais pode ser a lógica da maioria, pois assim se justificam os barbarismos e totalitarismos. “A vontade de todo um povo não pode fazer justo o que é injusto.” (CONSTANT DE REBEQUE, 1970).

Se o pretexto para a injustiça contra um for o bem de muitos; pior, se esta transferência de direitos e propriedades for empreendida pela sociedade e pelo governo, o resultado é o fim de toda a segurança, pois nunca mais um homem estará seguro de que no dia seguinte terá seus direitos respeitados.

Sem segurança a economia é um engano e a moderação uma imprudência. Quando se pode ser despojado de tudo, deve-se gastar o máximo possível, deste modo, o quanto se gastar será arrancado da arbitrariedade. (Ibid, p. 123)

Ninguém, por mais competente e bem intencionado que seja, é capaz de arbitrar com eficiência sobre as

necessidades e interesses que competem a cada indivíduo em particular (HAYEK, 1977).

Além de gerar problemas evidentes em termos de valores, o fim da liberdade individual produz uma arbitrariedade, um autoritarismo sem precedente, pois o Estado toma para si as responsabilidades que, moralmente, só podem pertencer ao indivíduo.

Os liberais defendem que eticamente meios imorais não podem atingir fins morais. Também os motivos econômicos não justificam tal procedimento, visto que não tendo liberdade para dispor de seu trabalho como quiser, o homem perde a responsabilidade por ele, e a tem substituída por uma obrigação civil com o Estado, ou seja, uma servidão perpétua de todos os cidadãos a um único patrão.

A responsabilidade do trabalhador em produzir com qualidade deixa de ser subjetiva, livre, de acordo com os seus interesses, para ser uma obrigação com o Estado. Este até tenta incitar incentivos subjetivos à produção, por meio de prêmios, medalhas e bônus, mas tendo somente um patrão, o indivíduo jamais poderá escolher entre ele e outro, e estará fadado a aceitar passivamente o sistema, pois não há alternativa para a servidão ao Estado.

Evidente que em países como o Brasil, onde a mentalidade liberal jamais penetrou, estes são valores altamente desejáveis. O indivíduo está prontamente disposto a abandonar toda a liberdade para se tornar um eterno empregado de um único patrão, sem possibilidades de livre escolha.

Onde a pobreza impera, é fácil abrir mão de coisa tão abstrata, tão “sem valor” como a liberdade. Por isso, as revoluções proletárias aconteceram, ao oposto do que previu Marx, nas nações mais incultas e miseráveis do globo, em que os valores inalienáveis do indivíduo valiam tão pouco na prática que todos estavam dispostos a abandoná-los em prol de segurança.

O liberalismo se configura como protetor da liberdade e da segurança contra a arbitrariedade na medida

em que reconhece a precariedade moral da democracia descontrolada, que pode virar turba. Para isso urge pressupor e defender certos direitos individuais pré-estatais, a partir de uma antropologia humanista e individualista, de modo que nenhum poder possa usurpar os direitos mínimos de cada ser humano (CONSTANT DE REBEQUE, 1970, P. XIII).

DO DESVIRTUAMENTO DAS POLÍTICAS LIBERAIS.

Se no âmbito moral é indiscutível que o liberalismo tem prerrogativa sobre toda a forma de coletivismo, resta a questão de ser o modelo em que vivemos um liberalismo de fato ou algo que se traveste desses princípios. Neste sentido, é importante perceber a crítica que a contra-cultura lança contra a sociedade de consumo e o seu sistemático planejamento durante a segunda metade do século XX.

Quem melhor expõe a cristalização do modelo econômico liberal numa economia planejada, tanto pelo governo quanto pelos conglomerados, é Galbraith (1988). Ele nos despertou para o fato de que tanto gastos militares e espaciais (da parte do governo), quanto gastos em artigos de alta tecnologia (setor privado e governo), exigem não só um capital elevadíssimo, mas uma organização e tempo de planejamento que tornam impossível a aplicação da estratégia de livre mercado como era entendida até então. Abrir mão do planejamento seria abrir mão destes artigos complexos e difíceis de produzir.

O planejamento da economia através de consórcio privado-estatal produz diversas dificuldades práticas. O empreendimento individual torna-se tão menos eficaz que o corporativo que tende a desaparecer. O estabelecimento de uma grande corporação com parceria estatal pode preencher totalmente um mercado tornando impossível a concorrência. Com o monopólio, setores inteiros perdem em inovação e eficiência, pois nem a audácia nem a competitividade são premiadas. Se as em-

presas são todas dirigidas por uma tecnoestrutura administrativa e de pesquisa, o indivíduo empreendedor tende a desaparecer dando lugar a indivíduos exclusivamente consumidores. Como o diretor da corporação tem um salário, nem sempre tem estímulo pelo aumento do lucro. (Ibid.).

Paralelamente ao risco de massificação pela cultura planificada de consumo, estão a demagogia e o populismo na área política, que por suas concessões eventualmente inconseqüentes à vontade popular, transgridem direitos essenciais do indivíduo e quebram a ética econômica do mérito, produzindo uma classe dependente que tende a se degenerar por falta de competitividade e estímulo à iniciativa individual (PIPES, 2001, p. 273).

Tais riscos só se impõem ao liberalismo na medida em que se enfraqueceu a noção individual de responsabilidade. Na análise de Constant de Rebeque (1970) a responsabilidade garante a liberdade individual. Somente com a garantia da liberdade individual um indivíduo pode se recusar a obedecer, em qualquer circunstância ao seu patrão ou superior. Um povo que não tem esta consciência, e transfere a responsabilidade do indivíduo para o governo, os ricos, a própria sociedade como um todo, fere a responsabilidade, e os cidadãos tornam-se governados de fora, de onde vem a responsabilidade.

Isso se torna especialmente importante na proteção contra o populismo. Um deputado não pode estar seguro de sua independência apenas por se proteger da arbitrariedade de um ditador, ele precisa também estar seguro de que o povo entenderá que a defesa dos direitos individuais é do seu maior interesse. Somente a Educação pode trazer a um povo o esclarecimento sobre seus interesses mais fundamentais. Enquanto ele permanecer na esfera de seus interesses mais imediatos e superficiais, sem instrução, continuará um mecanismo perigoso de manipulação para os maus políticos, e condenação para os bons.

Quer garantir a segurança de um povo, eduque-o sobre seus interesses. Quanto mais os conhe-

ça mais prudente e moderadamente julgará.
(CONSTANT DE REBEQUE, 1970, P. 83).

É preciso que a Educação resgate os valores individuais, mas esta tarefa se mostra hercúlea diante do domínio generalizado da militância marxista no sistema educacional. É preciso antes reafirmar os princípios basilares do Estado de Direito. O Estado de Direito, resultante do liberalismo, é o único a preservar as

virtudes menos estimadas e praticadas hoje em dia – a independência, a confiança em si mesmo e a disposição para assumir riscos, para defender as convicções pessoais contra a maioria e para cooperar voluntariamente com os nossos semelhantes... (HAYEK, 1977, P. 192).

Se ao tempo de Hayek eram virtudes raras, hoje cabe perguntar se elas existem num mundo dominado duplamente pelo corporativismo híbrido das grandes empresas em associação a um Estado ciclópico, e pelo populismo barato que infiltrou a cartilha social, de tal modo generalizada, que em todas as nações erguem-se privilégios e subsídios assistencialistas às minorias.

De um lado, a unilateralidade da visão econômica no liberalismo aparta-o, enquanto ideal político, de decisões que possam ser economicamente prejudiciais embora sejam individualmente necessárias. De outro, a demagogia social produz dependência da um setor inteiro da população, que permanece sem uma educação bem fundamentada e passa a assumir atitude “clientelista” em relação ao Estado. Some-se isso ao endividamento crônico de ambas as políticas (socialistas se endividam por assistencialismo e “liberais” do *welfare* se endividam para turbinar a economia ou sustentar gastos militares) e compreendemos o porquê de tantas nações correrem risco de moratória e quebraadeira nas últimas décadas.

Diante da política de distribuição de renda, a primeira vítima é sempre a propriedade privada, através da taxação, e a alta dos impostos gera excedente no tesouro, o que leva a corrupção (PIPES, 2001). O governo magro

e com baixos impostos é um mecanismo difícil de corromper que sustenta uma sociedade livre para crescer por si, (CONSTANT DE RROBECQUE, 1970, p. 132).

A gordura do *welfare state* produz uma tentação que não existiria se houvesse menos cargos políticos e de confiança, menos excedente no tesouro. Além disso, o mais difícil é que essa gordura seja extraída das veias da sociedade para as do tesouro. Daí para as contas dos políticos é um passo menor. Envolvido em assuntos que não lhe competem, o governo não apenas gasta mais, mas gasta em oposição a competição. A atividade que compete à iniciativa privada é monopolizada pelo governo (primeiro prejuízo para a eficiência) e em seguida o governo designa uma empresa ao seu “gosto”, quando o sistema competitivo a teria escolhido, novamente, pela eficiência.

A esquerda permita-nos um trocadilho, a possibilidade de corrupção, corrompe. E nada produz mais abertura a corrupção do que delegar ao governo atividades que podem e devem ser de iniciativa privada.

Doravante o liberalismo econômico não se confunde com o *laissez faire*, já o percebera Hayek (1977, apud VELEZ RODRIGUES, 2002) após suas más experiências na Áustria e Jaques Necker antes dele. Cabe-lhe não apenas controlar os artigos de necessidade e garantir os interesses estratégicos da nação, como também empreender o papel que não cabe à iniciativa privada. Para Galbraith (1988, p. 254), uma destas tarefas, constantemente olvidada na sociedade de consumo, é o patrimônio estético.

Mas o papel do Estado na dimensão estética não é meramente protetor; é também afirmativo... No caso da arquitetura e do desenho urbano e de ambiente, sua função é decisiva.

Este é um regulador de eficiência política certamente mais objetivo do que o crescimento econômico. Nada garante que o bom desempenho econômico durante um governo não se deva, sobretudo, a uma boa

conjuntura internacional ou ao desempenho natural das forças produtivas e do mercado em regime absolutamente privado. Na melhoria do planejamento urbano, do transporte coletivo e na redução da poluição, ou aumento da proteção ambiental estão medidas decisivamente objetivas para regular a eficiência de um governo.

Urge reaprendermos a encarar o fato de que a liberdade tem o seu preço e de que, como indivíduos, devemos estar prontos a fazer grandes sacrifícios materiais a fim de conservá-la. Para tanto, faz-se mister readquirir a convicção em que se tem baseado o regime de liberdade nos países anglo-saxônicos, e que Benjamin Franklin expressou numa frase aplicável a todos nós como indivíduos não menos que como nações: “Aqueles que se dispõem a renunciar à liberdade essencial em troca de uma pequena segurança temporária não merecem liberdade nem segurança (HAYEK, 1977, p. 133).

No tempo de Hayek, a referência é explícita aos governos totalitários, que persuadiram muitos de seus cidadãos/súditos de que era urgente abrir mão de sua liberdade em troca de segurança militar e econômica (pós 1929). Hoje é preciso encarar um significado alternativo, mas não menos perigoso para estas palavras. O de que a política se deixe levar sempre pela força do argumento econômico, pressionada pelos conglomerados e *lobbies*, e não atenda às reivindicações legítimas do povo, ou o oposto, que reivindicações de privilégios passem como se fossem reivindicações de direito (e, portanto, legítimas).

São os casos a que aludem Galbraith e Pipes (2001), e conquanto observemos que cada qual se posiciona sobre um extremo da questão, é fácil admitir que ambas estão corretas. O mecanismo político precisa se refinar, voltando-se firmemente sobre seus princípios, a ponto de evitar a corrupção da atividade política. Seja esta corrupção no que se refere à pressão econômica em desvantagem aos interesses de qualidade de vida a que

cada indivíduo tem direito, seja esta corrupção no que se refere à pressão pelo voto que permite o uso eleitoreiro do legislativo e executivo.

LIBERDADE DE CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO.

Pelo que foi dito, faz-se importante combater a idéia de que as bases do liberalismo são compostas por princípios negativos:

É preciso combater energicamente a idéia de que o liberalismo prega o *laissez-faire* passivo. Ele precisa ser construído a custa de imensos esforços, sem o que nunca se concretizará, pois precisa romper a inércia de todas as instituições e tradições autoritárias e monopolizadoras em todos os sentidos. (HAYEK, 1977, p. 43).

Ou nas palavras de Madame de Staël (2002, apud VÉLEZ RODRIGUES, 2002, p. 49).

Por que os espíritos distinguidos, qualquer que seja a carreira que sigam, não juntam os seus esforços para defenderem todas as idéias que, neles, possuem grandeza e elevação?

Da forma como entendemos, uma certa paralisia nas funções criativas de um povo são consequência inevitável da perda ou ausência de incentivo à propriedade espiritual-ideológica. Ditaduras, fascismos e socialismos de vários matizes pecaram por nivelamento das forças criativas mais do que por enrijecimento econômico, em nossa opinião, impossibilitando a renovação salutar de quadros sócio-culturais que poderiam estimular maior envolvimento e estímulo subjetivo de seus cidadãos. Aliás, o próprio conceito de indivíduo, sendo fundamento de toda a iniciativa, todo empreendimento e toda a produção vital, significativa, existencial exige maior dispêndio de esforços no intento de impedir a cristalização de hábitos e tradições que desestimulem a criatividade.

Destes perigos, estamos certos de que os apresentados pelos mecanismos controladores da própria economia industrial são os mais graves e delicados para este século. Impõe-se como problema os males internos da estrutura da economia industrial, tais quais: o corporativismo, o monopólio, a cultura de massa. Em benefício dos valores individuais, é pertinente ensejar o diálogo, sobretudo dentro das bases de sustentação da economia de mercado mundial, visando a reformulação de estruturas sociais que se cristalizaram convenientemente para se adaptarem à cultura de consumo.

Enfocando a noção de atividade produtiva (*poiésis*), ressaltamos que somente o trabalho em sentido *pessoal e criativo* enseja as condições psicológicas de auto-realização. A liberdade só atinge seu significado pleno quando se traduz em termos totalmente ativos, quais o da produção espontânea, original. Antes de atingir este estado, o indivíduo só é dotado de liberdade passiva, o não condicionamento de seu agir por forças externas, mas não possui subsídio para que o motor interno de sua liberdade se manifeste com fins à auto-realização.

O espírito só ama o que opera por si mesmo, e para isso é urgente que a Educação desenvolva seus talentos e tendências, sejam quais forem (pois variam de indivíduo para indivíduo), e que a sociedade incentive e permita a cada indivíduo empregar certa quantia de tempo na produção absolutamente independente e espontânea de produtos personalizados, sejam eles artísticos, ideológicos ou lúdicos.

Sem a devida educação, privado de condições mínimas de subsistência e de certo tempo livre, o indivíduo vê-se impossibilitado de manifestar seu talento e disposição para a vivência-produção do que lhe seja mais íntimo, reprimindo a capacidade produtiva que o caracteriza como, mais que um ser técnico, um ser espiritual, criativo.

Aqui também Pipes e Galbraith parecem se polarizar no método embora seu objetivo seja o mesmo.

Enquanto Pipes (2001) ressalta o aumento da participação do Estado na educação superior, e a conseqüente dependência desta com aquele, Galbraith (1988) critica o poder que as empresas têm no direcionamento da pesquisa científica, algumas vezes com resultados tendenciosos contra o interesse da sociedade em favor da indústria farmacêutica ou de cigarros.

Acreditamos que a Educação careça de proteção especial quanto à ética de suas fontes de verbas. Nenhum elemento externo à Universidade poderia manipular os rumos do ensino e pesquisa, não importa quais sejam as conseqüências econômicas para ela.

Voltando a questão humanística do enfoque educacional, é preciso evitar a redução da criatura ao aspecto econômico, coisa que tanto o marxismo quanto algumas linhas de liberalismo econômico ainda pecam por fazer. Uma vez que se tome o homem em seu aspecto *exclusivamente* material é inevitável reduzi-lo e nivelá-lo de modo a extinguir a sua individualidade. Seja como consumidor, seja como produtor, pode-se prescindir e substituir o indivíduo por mais alta seja a sua qualificação. Embora imprescindível, o liberalismo econômico deve limitar-se pela crítica justa que a filosofia e a sociologia lhe impõem, subordinando-se a uma concepção mais ampla e humanista do liberalismo. Dessa forma, preserva-se a máxima da fórmula moral moderna elaborada por Kant, que consiste em “fazer do homem sempre o fim, nunca o meio da ação”.

Na atividade econômica, a não ser no ato do empreendimento, qualquer indivíduo torna-se anônimo e se confunde facilmente como peça do sistema. Não há distinção em sentido profundo entre um cidadão nacionalizado de uma ditadura, o operário socialista e a pessoa física do sistema de planejamento. A diferença está em que na ditadura, exceto pelos heróis, o cidadão está enquadrado num esquema comportamental e ideológico que lhe é imposto. No socialismo, mesmo no caso dos heróis, todo o mérito do indivíduo está em função

da sua adequação ao interesse coletivo, não existindo possibilidade para a manifestação puramente individual. Numa nação liberal e democrática, a massificação do indivíduo nunca é absoluta (a não ser que tenha se tornado na prática uma ditadura sutil), sobrando sempre espaço para manifestação e produção absolutamente espontâneas do indivíduo, mas esse espaço tende a ser reduzido e esmagado pelo estruturalismo burocrático da economia industrial de consumo.

Pela presente cultura de massa, tanto derivada da estratégia de mercado midiático quanto do sistema de educação técnica, torna-se virtualmente impossível ao cidadão médio elevar-se acima de suas necessidades e interesses cotidianos, aos quais é forçosamente adestrado a acreditar como os únicos. A visão de mundo individual, e toda a riqueza espiritual que dela provém, tem sido vilipendiada e desacreditada pela indústria de entretenimento e pela mídia, com prejuízos incomensuráveis na esfera existencial do indivíduo ou de pequenos grupos.

O desenvolvimento da consciência individual deveria ensejar o apreço e a tolerância a diferenças de gosto, opinião e culto; desenvolver a capacidade produtiva e incentivar os talentos individuais, de modo que a natureza poética não fosse anulada ou subjugada à técnica.

Ao contrário, o que tem ocorrido em debates como “criacionistas versus ateus”, é a tentativa de polarizar opiniões em completo desrespeito à liberdade de crença. Quando a escola extrapola seu caráter social para defender uma posição de credo, não importa qual seja a justificativa (científica para o ateísmo, propriamente religiosa para o criacionismo), está prescrevendo um culto aos seus estudantes, está fazendo o papel que cabe a eles e, no máximo, à família. Se ela operasse por apresentar estas e outras possibilidades de crença e opinião, incentivando a consciência de responsabilidade pessoal na escolha, estaria sendo ativamente liberal ao invés de passivamente.

Que pode haver de mais medíocre, mais amesquinhador e torpe do que enxergar o homem como mais

um entre muitos, como um número, peça ou célula de um corpo social? Essa visão denigre a tal ponto a responsabilidade e a nobreza ligadas ao indivíduo que nos produzem um profundo desprezo pelo gênero humano. Como amar uma arte que é um reflexo do *Zeitgeist*, e em que ela vale mais do que um noticiário impessoal? Como respeitar uma obra intelectual, ideológica, um ato de elevado senso moral ou uma sublimada convicção religiosa se os entendemos e julgamos, não livremente, mas sob o cânone de uma orientação arbitrariamente eleita pelo sistema de ensino ou pela mídia?

A propriedade que o indivíduo tem em seu pensamento, opinião e escolha existencial constitui fonte doadora de sentido à vida e atividade humana tanto quanto a motivação econômica. Acreditamos que a “propriedade do espírito” careça ainda de uma proteção e incentivo que a coloquem em pé de igualdade com a proteção que recebe a propriedade material, embora não as estejamos opondo, de vez que a última é o primeiro passo para a primeira. A legislação moderna até protege o patrimônio cultural, artístico e histórico da comunidade. Mas a mentalidade dominante, tanto entre políticos quanto entre os intelectuais parece ser a de que o patrimônio espiritual tem pouco a ver com a orientação política.

Ao contrário, iniciativas turísticas, por exemplo, provam que o patrimônio espiritual de uma nação pode acarretar vantagens econômicas relevantes além de trazer compensações subjetivas. Projetos culturais e artísticos provam que os efeitos positivos sobre a auto-estima individual, e a partir disso para grandes benefícios sociais (queda de criminalidade destacadamente), podem justificar por si só a iniciativa, sendo o lucro material um acréscimo apreciável, mas não essencial.

Superando a compensação material em termos de motivação, o patrimônio espiritual pode inclusive fazer-se motor de atividade lucrativa, amparado na vantagem de que seu apelo subjetivo proporciona qualidade e produtividade inusitadas.

É urgente investir todos os esforços na classe dos artistas e intelectuais para que o desemprego e o ostracismo não se transformem na “sibéria” da sociedade de consumo. Somente tais categorias podem resgatar no indivíduo aquilo que seja o mais pessoal e vital, sua natureza espiritual, ou criadora de significados particulares. Ao tratar de sua proposta religiosa pluralista em “*The Meaning of Truth*”, James (1978) ressalta que a proteção negativa da liberdade é insuficiente para frear o quietismo e o fanatismo. Acredita-se que estes últimos têm seu espaço garantido pela própria idéia de pluralismo, mas, ao contrário, eles devem ser combatidos na medida em que o impedem. Evidente que aqui lidamos no terreno teórico apenas, mas igualmente o coletivismo e a cultura de massa precisam ser combatidos positivamente pelo mesmo motivo prático. Eles entravam a essência do liberalismo que não pode se concretizar sem uma aceitação positiva da sociedade.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, nos permitimos uma conclusão ainda mais otimista que a de Pipes (2001) quanto aos rumos do liberalismo. O século vinte configurou-se como campo de experiências que resultaram em espetaculares malogros sociais, políticos, econômicos e humanitários. Entretanto, apesar das mazelas e dos fantasmas que o comunismo, o fascismo e as ditaduras nos deixaram, muito se aprendeu a partir de suas experiências. A dialética aberta da história é imprevisível e infinita, mas não há como negar os efeitos positivos da experiência no amadurecimento dos povos e instituições.

O momento atual é de convalescença. Aos poucos, o desenvolvimento da propriedade gera novos surtos de progresso civilizatório na Rússia, na América Latina, na China, na Índia e no Sudeste Asiático. Essas novas forças são uma “caixa de pandora” que os seus governos politicamente autoritários não conseguirão direcionar nos

próximos decênios, acarretando fortalecimento de suas sociedades (civis) como nunca experimentaram até então. A divisão de poder do bloco monolítico do Estado para múltiplos agentes no todo da sociedade desloca a força que sustenta o patrimonialismo de modo a sufocá-lo aos poucos.

Não há determinismo histórico, mas o progresso acumulado neste início de milênio coloca-nos em conjuntura altamente favorável. Nas nações onde o liberalismo jamais vingou, como nas da América Latina, as pessoas persistem na ilusão de que sua economia oligárquica e sua política patrimonial modernizada significaram um capitalismo de funestas conseqüências sociais.¹

Tal concepção gerou uma tendência anti-capitalista e anti-liberal em que os populismos de esquerda ressurgem das cinzas com a promessa de uma “nova abordagem”, solução para a pobreza e o atraso. Falidos, e sem a estrutura na qual subsiste o *welfare* do norte, estes governos caminham para a ruína de sua credibilidade e liberdades políticas, e sua ineficiência torna-se mais e mais evidente. O caso Chávez é um paliativo instável para o empobrecimento sistêmico do populismo esquerdista.

Se as massas miseráveis sustentarão esta política através do voto, não podemos ainda definir, mas os avanços tecnológicos em transporte e comunicação reaproximaram a inteligência latina dos grandes centros liberais, revitalizando o diálogo enterrado desde antes da Segunda Guerra. Nossas nações já não possuem mais em suas fileiras intelectuais uma orientação unilateral para a esquerda.

Reestruturadas as forças ideológicas libertárias, a atividade editorial e de imprensa sentem aos poucos os efeitos da globalização das idéias e desenha-se o campo de lutas das próximas décadas. Cabe-nos, enquanto classe pensante das nações sub-desenvolvidas, abrir espaços e sustentar oposição aos arcaísmos do patrimonialismo latino e suas variações aristocráticas e socialistas, subsistentes no mito de que o Estado é a solução, e por isso precisa de mais poder.

Como nos mostra Pipes (2001), a realidade histórica e antropológica está a nosso favor, e nos embates de idéias que prenunciam um futuro esperançoso, temos ampla vantagem.

VÉLEZ RODRIGUES, Ricardo. *O Liberalismo francês: A tradição doutrinária e a sua influência no Brasil*. Juiz de Fora, 2002.

Abstract

This essay attempts to develop an original perspective of liberalism that lead us to mix different lines of liberal thought that are potentially contradictory. Our intention is to propose a specific and original approach to a subject that has already been well studied. For this we are trying to use the rights of property as they are known to develop an idea of spiritual property which, in an individual, is inherent, not as a definitive entity, but as a self-producing intelligence of meaningful reality.

Key words: Liberty. Arbitrariness. Creativity. Meaning.

NOTA

- ¹ Lembre-se que o Chile, único país que se pode arriscar chamar de liberal, viveu o seu momento culminante de liberdade econômica sob a égide da ditadura de Pinochet.

REFERÊNCIAS

CONSTANT DE REBEQUE, Benjamin. *Princípios de Política*. Aguillar . Madrid. 1970

GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial*. Nova Cultural, São Paulo, 1988.

HAYEK, Friederich .*O Caminho da Servidão*. Instituto Liberal. Rio de Janeiro. 1977.

JAMES, William. *Pragmatism and The Meaning of Truth*. Harvard University Press, Cambridge, Massashusetts, 1978.

PIPES. Richard. *Propriedade e liberdade*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2001.

Enviado em 21 de maio de 2008
Aprovado em 30 de maio de 2008

